

Governo apresentará ajuste fiscal ao FMI

BRASÍLIA — A equipe econômica concluirá, nos próximos dias, a segunda fase do esforço fiscal (corte de gastos públicos) iniciado no início do Governo Collor, para garantir um superávit nas contas públicas de 1% do Produto Interno Bruto (Cr\$ 550 bilhões), em 1991. As medidas fiscais, que incluem a retomada da reforma administrativa e patrimonial, assim como cortes de investimentos públicos e proibição para novos endividamentos junto ao setor privado, serão apresentadas à missão técnica do FMI ainda neste mês, quando é esperada no Brasil para negociar uma nova carta de intenções.

As medidas elaboradas pelo Ministério da Economia e Secretaria de Administração serão complementadas por uma proposta de revisão da Constituição. Tais discussões serão ainda ampliadas pelo debate sobre a crise no Golfo Pérsico que, se evoluir para a guerra, trará grandes prejuízos para a economia brasileira, uma das mais afetadas, conforme avaliação do próprio FMI.

O esforço fiscal adicional prevê o congelamento total das dotações para investimentos e 85% para custeio da União. O orçamento será totalmente controlado pela Ministra Zélia, que receberá poderes do Presidente para executar as contas públicas.